

Dívida: Bracher negocia em NY

MILANO LOPES

Ext

O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, inicia, amanhã, em Nova York, os contatos com os bancos-credores para lançar as bases da renegociação da dívida externa brasileira. Na quinta-feira será a vez de Antônio de Pádua Seixas, do Banco Central, e Álvaro Alencar, do Ministério da Fazenda, irem a Paris participar, no próximo dia 19, da reunião com os governos credores para discutir a renegociação de uma dívida de US\$ 8,0 bilhões com o Clube de Paris.

E o processo de refinanciamento da dívida externa brasileira que se inicia de forma acelerada, prevendo o governo que ele possa estar concluído até o dia 15 de abril próximo. A discussão no âmbito do Clube de Paris será essencial para o início das conversas com os banqueiros privados, mas aparentemente não haverá uma negociação difícil em Paris.

Condições

O Clube de Paris aceitou a rolagem da dívida vencida em 1985 e no ano passado, no montante de US\$ 3,01 bilhões, porém o Brasil vai lutar pelo reescalonamento da parcela a vencer este ano, no montante de US\$ 859,0 milhões, e mais os juros que deixaram de ser pagos desde 1985, no total de US\$ 700,0 milhões, elevando o total dos recursos envolvidos na negociação a US\$ 4,5 bilhões.

Há, ainda, uma reivindicação fundamental: que as instituições oficiais desbloqueiem seus créditos ao Brasil e reiniciem imediatamente o fluxo de financiamentos, em montante substancialmente superior aos valores que serão transferidos pelo Brasil a título de pagamento do serviço da dívida.

Sob esse aspecto, a situação também é tranquilizadora, pois a administração do Eximbank norte-americano e do Eximbank japonês já deixou claro que estará pronta a conceder novos financiamentos ao País, no momento em que for solucionada a questão da dívida. Os japoneses inclusive se comprometeram a participar com US\$ 700,00 milhões numa operação de co-financiamento em favor da Eletrobrás.

O confronto com o Mellon Bank, de Pittsburgh, impedido de continuar operando no Brasil por ter-se recusado a manter suas linhas de crédito comerciais e interbancárias, parece superado pelo menos junto às instituições oficiais de crédito, embora tenha sido recebido com preocupação pela administração do Eximbank norte-americano, credor de US\$ 350,0 milhões de atrasados junto ao Brasil.

O mercado como um todo, e os pequenos e médios bancos americanos, em particular, entenderam que o governo brasileiro adotou uma justificada represália, pois afinal, o Mellon atua no mercado financeiro bra-

sileiro e tem o direito de cooperar na hora em que o País mais necessita. Provavelmente, ele se manterá fora do mercado brasileiro e não reativará suas linhas de crédito, obrigando os grandes bancos a assumirem a responsabilidade pela concessão de créditos no valor de US\$ 165,0 milhões ou encontrar outros parceiros de porte médio dispostos a assumir o encargo.

Negociação para valer

Mas a verdadeira negociação será a que envolverá os bancos privados, pois representará o refinanciamento plurianual de todo o estoque da dívida externa, em prazo que irá até 1991. Bracher foi a Nova York para colocar, em termos políticos, a posição brasileira, e abrir caminho à negociação, que no dia a dia será conduzida por Antônio de Pádua Seixas.

A estratégia não mudou e basicamente propõe uma redução substancial das transferências líquidas de recursos para o Exterior, através da retomada do fluxo compensatório de recursos externos, nas mais diversas modalidades. O **fresh money** que o Brasil reivindicará será de, no mínimo, US\$ 5,0 bilhões este ano, essenciais à complementação da poupança para financiar o programa de investimentos em 1987.

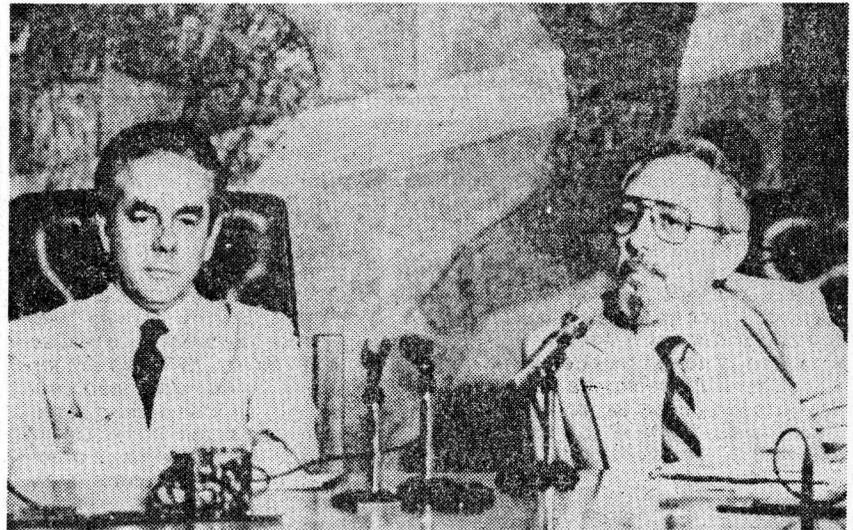
A redução das transferências se dará via diminuição substancial do **Spread** (taxa de risco) dos 1,125% atuais para algo igual ou inferior aos 0,81% concedidos ao México no final do ano passado.

A concentração do referencial dos juros na Libor, de valor mais baixo, é outra reivindicação praticamente acertada, e que também repercutirá na diminuição dos encargos da dívida.

O Brasil não fará nenhuma proposta de capitalização dos juros, mesmo parcial, pois sabe ser irrealista, nem insistirá na questão do foro, recusando Nova York, outro ponto sobre o qual os banqueiros têm-se mantido absolutamente intransigentes, conforme ficou demonstrado na negociação do final de 1985 e início do ano passado.

Os bancos, em contrapartida, terão de fornecer **new money** ao Brasil, senão na forma de empréstimos sindicalizados, pelo menos através de outros mecanismos, como as operações de co-financiamento, com a garantia do Banco Mundial, e envolvendo projetos específicos dos setores de infra-estrutura econômica, como energia, petróleo e siderurgia.

Haverá dificuldades em relação ao prazo de rolagem do principal, pois a tendência de alguns bancos, inclusive grandes, é limitá-la a, no máximo três anos, enquanto o governo deseja um acordo de longo prazo, igual ao que começou a ser negociado pelo governo anterior.



04/03/88

Bracher (dir.) e Seixas retomam negociação